

1 **CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

2 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSEMA**

Data: 26/02/2025	Local: Auditório da SEAMA/SETADES
Início: 14:00hs	Término: 15:40hs
PAUTA: <ol style="list-style-type: none">1. Verificação do quórum e abertura da Sessão;2. Aprovação da Ata da reunião anterior;3. Análise e Deliberação da Solicitação de Supressão de Vegetação constante no Laudo de Vistoria Florestal LVFL Nº 23715/2025, acerca da Supressão de Vegetação Nativa da Mata Atlântica com a finalidade de implantação da linha de transmissão de energia elétrica Piraquê - 500 kV João Neiva 2 -Viana 2 (C1, CS) com 77,3 km e 345 kV Viana 2 Viana (C3, CS) com 7,46 km, com localização nos municípios de João Neiva, Ibiraju, Fundão, Santa Leopoldina, Cariacica e Viana/ES. Processo SIMLAM Nº 12850/2023 Requerente: CTEEP Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista;4. Apresentação de Relatório Anual de Atividades e de Desempenho referente ao exercício de 2023 e Síntese da Movimentação Financeira e Apoios aprovados no exercício de 2024 do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FUNDEMA. Processo E-Docs 2025-NQ1MT Requerente: FUNDEMA/SEAMA;5. Assuntos gerais;6. Encerramento.	

3 **CONSELHEIROS PRESENTES:**

- 4 • Cons. Suplente (representante) - Wesley Jose Borges Uhlig (**SEAMA**)
- 5 • Cons. Titular (representante) - Jésus Miranda (**SEAG**)
- 6 • Cons. Suplente - Fabrício Valentim Zanzarini (**SEAG**)
- 7 • Cons. Suplente - Marcela Nunes de Souza Barcelos (**SEG**)
- 8 • Cons. Titular- Antonio Ricardo Cassa Louzada (**ANAMMA**)
- 9 • Cons. Suplente - Dayanne Nascimento Correia (**ANAMMA**)
- 10 • Cons. Titular - Iramaya Sepulcri Salaroli (**ANM**)
- 11 • Cons. Titular - Rodrigo Vargas Ribeiro (**IBAMA**)
- 12 • Cons. Titular - Graciele Zavarize Belisário Gobetti (**FINDES MINERAL**)
- 13 • Cons. Titular - Marcos Vinícios Alpoin Piol (**FINDES INDUSTRIAL**)
- 14 • Cons. Suplente - Jennifer Coronel Oliva (**FINDES INDUSTRIAL**)
- 15 • Cons. Suplente - Fernanda Esteves Fleury de Freitas (**FAES**)
- 16 • Cons. Titular - Almir Bressan Junior (**FECOMÉRCIO**)
- 17 • Cons. Suplente - Alanna de Almeida (**SINDIROCHAS**)
- 18 • Cons. Suplente - Leonardo Paraíso Ferrari (**CREA/ES**)
- 19 • Cons. Titular - André Luiz Dutra da Silva Capezzuto (**CRBIO/ES**)
- 20 • Cons. Titular - Jean Carlo Cassiano (**FAMOPES**)
- 21 • Cons. Suplente - Claudione Meireles Albuquerque (**FAMOPES**)
- 22 • Cons. Suplente - Deisy Silva Correa (**CUT/ES**)
- 23 • Cons. Suplente - Alan Marques Ribeiro (**CAP**)

- 24 • Cons. Titular - Karina Moreira Nolasco de Carvalho (IBA)
- 25 • Cons. Suplente - Yhuri Cardoso Nóbrega (INSTITUTO MARCOS DANIEL)
- 26 • Cons. Titular - Iberê Sassi (INSTITUTO GOIAMUM)

27 **CONVIDADOS:**

- 28 • Jefferson Carlos Novellino (IEMA)
- 29 • Maria Bernadete Guimarães (IEMA)
- 30 • Aline Garcia (FUNDEMA/SEAMA)
- 31 • Cariza Morandi (IBA)
- 32 • Raul Silva (IDAF)
- 33 • André Barth Berger (IDAF)
- 34 • Odilon Barth (IDAF)
- 35 • Rafaela Fraga (ISA ENERGIA)
- 36 • Wesley Duarte Silva (DOSSEL AMBIENTAL)
- 37 • Claudiléia P. C. Nobre (DOSSEL AMBIENTAL)

38 **SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO:**

- 39 • Cintia Cândido Matias Laures (Secretária Executiva)
- 40 • Rafael Schneider Correa (Coordenador Jurídico)
- 41 • Elias Alberto Morgan (Coordenador Técnico)

42 **PONTO I - VERIFICAÇÃO DE QUORUM E ABERTURA DA SESSÃO;**

43 A Sr.^a Cintia Cândido Matias Laures/Secretária Executiva do CONSEMA cumprimenta a todos, se
44 apresenta e também a equipe da Secretaria Executiva do CONSEMA, informa a existência de quórum
45 com 19 (dezenove) instituições presentes e diz que irá presidir essa reunião no lugar do Presidente
46 Felipe Rigoni Lopes, devido a uma incompatibilidade de agenda, agradece a presença de todos em
47 nome do Secretário, deseja um Feliz 2025 a todos, e passa para o próximo ponto de pauta.

48 **PONTO II - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR;**

49 Ata da reunião aprovada por maioria dos presentes, com 02 abstenções (FAMOPES/SINDIROCHAS).

50 **PONTO III - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO CONSTANTE**
51 **NO LAUDO DE VISTORIA FLORESTAL LVFL Nº 23715/2025, ACERCA DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO**
52 **NATIVA DA MATA ATLÂNTICA COM A FINALIDADE DE IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO**
53 **DE ENERGIA ELÉTRICA PIRAQUÊ - 500 KV JOÃO NEIVA 2 -VIANA 2 (C1, CS) COM 77,3 KM E 345 KV**
54 **VIANA 2 VIANA (C3, CS) COM 7,46 KM, COM LOCALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE JOÃO NEIVA,**
55 **IBIRAÇU, FUNDÃO, SANTA LEOPOLDINA, CARIACICA E VIANA/ES. PROCESSO SIMLAM Nº**
56 **12850/2023 REQUERENTE: CTEEP COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA;**

57 A Presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia Cândido Matias Laures abre o tema, lembra
58 os Conselheiros que na última reunião do CONSEMA se deliberou a LP desse mesmo
59 empreendimento e que agora essa pauta é para deliberar a supressão de vegetação, que é uma das
60 etapas dentro do Licenciamento. Ela então passa a palavra para o Sr. Jean Carlo Cassiano/FAMOPES,
61 que diz estar Coordenador Geral da instituição e pede vistas ao processo. A Presidente da reunião e
62 Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures pergunta acerca da justificativa do pedido de vistas ao
63 Conselheiro, ele diz que não sabe se compete pergunta para justificativa, mas que ele pode justificar
64 dizendo que a FAMOPES, ela é uma associação de moradores, que tem por si 78 municípios que são
65 filiados à mesma, e que o impacto gerado neste empreendimento, nessa possível aprovação, são de

66 seis municípios e que eles possuem uma solicitação da Rota do Goiapaba-Açu, de Fundão, que
67 gostaria de analisar melhor o processo, pelo impacto muito grande gerado com relação a este
68 processo, e sendo assim, em se tratando da FAMOPES, que é uma Federação que compreende 78
69 municípios, eles gostariam de analisar melhor o impacto negativo gerado por esse empreendimento
70 dentro desses municípios. Em seguida, a Presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia
71 Laures pede ao Coordenador Jurídico que leia no artigo do Regimento Interno, que diz que todo
72 pedido de vista tem que vir com justificativa, para esclarecer e dar ciência ao Conselheiro. O
73 Coordenador Jurídico Sr. Rafael Schneider diz que assumiu recentemente a função e se coloca à
74 disposição para auxiliar a todos no que for possível e necessário e diz que em continuidade à fala da
75 Sr.^a Cintia Laures, o artigo 23 do Regimento Interno dispõe que: *“é facultado ao Conselheiro pedir
76 vista do processo mediante prévia justificativa, ao final da discussão da matéria e antes de iniciar a
77 sua votação”*. Em seguida a Presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures convida a
78 empresa a fazer sua apresentação e passa a palavra para a representante do empreendedor
79 ISA/CTEEP, a Sr.^a Rafaela Fraga, que inicia a apresentação (em anexo), esclarecendo acerca da parte
80 institucional da empresa e do Projeto Piraquê e, posteriormente, passa a palavra para o Sr. Wesley
81 Silva, Coordenador de Projetos da Dossel Ambiental, empresa de consultoria ambiental contratada da
82 ISA/CTEEP para fazer o Estudo Ambiental e fazer toda a gestão da parte de Licenciamento Ambiental,
83 e que apresenta a parte técnica do empreendimento. Ele apresenta o histórico do processo de
84 licenciamento, a questão da otimização do traçado e a alternativa locacional e tecnológica de
85 engenharia, com redução da área de supressão de vegetação com estágio avançado de regeneração,
86 e diz que a área atual a ser suprimida é de 46,51 ha. Ele ainda fala sobre os cortes e as espécies
87 retiradas, incluindo as ameaçadas de extinção identificadas no inventário realizado, da área
88 diretamente afetada e os respectivos acessos, das estruturas do empreendimento e das medidas
89 mitigadoras com foco nas espécies ameaçadas. E em seguida ele também fala da compensação
90 ambiental tratada com o IDAF, que não é a compensação ambiental prevista no SNUC, a qual é
91 tratada com o IEMA, e conclui dizendo que o empreendimento foi declarado em 2023 como de
92 utilidade pública pela ANEEL, e diz que será feita a Compensação Ecológica de todas aquelas áreas
93 relativas à supressão, em estágio médio e avançado, em APP, por meio da Instrução Normativa do
94 IDAF 10/2016. Em seguida, é passada a palavra para o servidor efetivo e técnico do IDAF, Sr. Odilon
95 Barth, que, juntamente com o também técnico do IDAF, Sr. André Berger, fez o Laudo de Vistoria
96 Florestal. Ele então faz sua apresentação fazendo o histórico da elaboração do laudo, desde a vistoria
97 da área do empreendimento, mostra imagens das áreas e estágios da vegetação a ser suprimida pelo
98 empreendimento. Ele diz que falando do estágio inicial, a área total de supressão é de 7.098
99 hectares, sendo que da floresta em estágio inicial, 0,62ha estão em APP e 1,3ha estão em área de
100 reserva legal; que falando do estágio médio, a área total de supressão é de 15,99ha, sendo 0,88ha em
101 APP e 0,309ha em reserva legal; e que a área em estágio avançado é a maior área de supressão com
102 23,41ha, sendo 1,58ha em APP e 7,79ha em reserva legal. Ele diz ainda que a supressão em APP eles
103 fizeram um cálculo inicialmente, mas não levaram em conta as nascentes, e então se colocou no
104 laudo 2,46ha, mas, após rever os *“shapefiles”*, porque são muitos córregos e muitas nascentes, em 70
105 km de linha, a área de supressão em APP aumentou para 3,1 hectares, e ele acha que isso é
106 importante constar em ata, por causa da votação. Ele então mostra no mapa exemplo de da
107 representação de cada estágio de supressão, do polígono de supressão, da área requerida pela
108 supressão, da área de preservação permanente, da reserva legal e da área de implantação da
109 atividade, com as estradas e as torres. Ele também mostra a lista de espécies ameaçadas de extinção,

110 um total de 1748 árvores, cita algumas espécies, e diz que a compensação ambiental é com plantio
111 de 3.495 mudas de 11 espécies ameaçadas, como apresentado pela empresa, em uma área próxima
112 a João Neiva com 3,14 hectares, e lista também as espécies propostas para o plantio, que são
113 basicamente as mesmas que serão suprimidas, e mostra a área de plantio das espécies ameaçadas.
114 Diz ainda que há um total de 107 árvores isoladas localizadas em APP, que são aquelas árvores que
115 não fazem parte do fragmento florestal e diz que a compensação ambiental pela supressão dessas
116 áreas, fora as árvores de extinção, é o pagamento do valor monetário, pela supressão das áreas, de
117 acordo com a Instrução Normativa IDAF 010/2016, e que o corte seletivo, como a empresa explicou,
118 são aquelas árvores altas ou inclinadas que podem colocar em risco a linha de transmissão, os fios ou
119 a torre, e que em estágio inicial são 0,12ha, em estágio médio 0,46ha, em estágio avançado 1,06ha. O
120 IDAF vai fazer autorização de toda essa área e a empresa, caso seja aprovado, irá fazer o corte apenas
121 daquelas árvores que são necessárias para a segurança do empreendimento. E conclui a
122 apresentação do laudo, dizendo que encaminham para a deliberação do CONSEMA, uma supressão
123 de 24,48 hectares de estágio avançado, 16,46 hectares de estágio médio, 3,1 hectares de vegetação
124 em APP, 11,46 hectares em reserva legal, 107 árvores nativas isoladas, localizadas em APP, bem
125 como 1.748 indivíduos de espécie ameaçados de extinção, demonstrando em mapa onde a LT irá
126 passar e os fragmentos que serão suprimidos em virtude desse empreendimento. Finalizada a
127 apresentação, é aberto para a plenária e o Sr. Rodrigo Ribeiro/IBAMA diz fazer coro com a fala do
128 representante da ANAMMA, e diz que ele percebe que poderia ter tentado se estudar alternativa
129 locacional para reduzir essa supressão vegetal, em especial na área que ela está em estágio
130 avançado, e que eles têm algumas experiências de licenciamento do IBAMA, de Linha de Transmissão
131 que atravessa Estados, onde se tem buscado alternativa locacional e se tem conseguido reduzir
132 bastante a quantidade de áreas a ser suprimida. Então assim, lhe preocupa bastante essa questão do
133 tamanho dessa supressão, em especial as áreas em estágio avançado e ele pergunta ao IDAF qual é a
134 utilização dada ao valor monetário pago a título de compensação pela supressão, e já antes da
135 resposta, ele quer deixar registrado, enquanto representante do IBAMA, o seu descontentamento,
136 que ele sabe se tratar de um dispositivo legal, que eles enquanto técnicos seguem isso, mas que ele
137 quer deixar registrado o seu descontentamento com um dispositivo onde se suprime 47 hectares e se
138 faz uma compensação financeira e planta três hectares, ou menos de quatro hectares. Para ele isso é
139 um tanto quanto ir na contramão do que se está vivendo hoje no mundo, e então, é um dispositivo
140 legal, mas que pode ser revisto a qualquer tempo. Então ele reitera que quer deixar registrado o seu
141 descontentamento enquanto representante do IBAMA para esse dispositivo que permite se suprimir,
142 quando o ideal seria uma compensação florestal de pelo menos um para um e, na realidade, se vai
143 ter uma supressão de 47 hectares e um plantio de menos de quatro. Ele diz ainda que não sabe qual
144 é a finalidade dada ao valor, mas que tem certeza que deve ser aplicado em programas ambientais,
145 mas que ele acha que seria razoável se pensar um pouco nesse dispositivo legal, se não é a hora de
146 rever, porque, de fato, assim, lhe preocupa muito essa questão dessa supressão desse tamanho e
147 uma compensação praticamente inexistente. O Sr. Jésus Miranda/SEAG responde ao representante
148 do IBAMA que, para começar a responder a pergunta, ele gostaria antes da sua fala introdutória, de
149 dizer que ele entende que não é o momento aqui de discutir a alternativa locacional, que o IDAF só
150 faz o laudo de vistoria após a emissão da Licença e, segundo a própria presidente da reunião falou
151 hoje, e o licenciamento do empreendimento já foram discutidos na reunião passada e então se foi, se
152 havia alternativa locacional ou não, e se precisa, isso já é pauta vencida. Ele diz que o IDAF não está
153 aqui agora para discutir isso, pois já foi discutido, e então não faz sentido voltar agora e começar a

154 falar nisso e solicita que essa sua opinião ficasse registrada. Ele então esclarece que, com relação ao
155 valor de compensação, ele está embasado na Instrução Normativa 010/2016 do IDAF, mas que esse
156 valor é uma alternativa que é oportunizada ao empreendedor para fazer a compensação. Ela não é a
157 primeira alternativa, e o IDAF entende também que é o PRAD, mas quem é da área ambiental
158 entende também que fazer um PRAD é uma coisa complicada e complexa. Então, em muitas vezes, o
159 empreendedor opta por fazer isso, já que está no regimento legal, e esse valor que é pago vai para o
160 FUNDÁGUA, que é um fundo de desenvolvimento vinculado à SEAMA, então esse dinheiro fica lá
161 para ajudar em projetos de reflorestamento e de produção de água. Então não é um dinheiro que vai
162 para o cofre e fica parado, ele está lá para ser usado nesse sentido. Então o IDAF também entende
163 que pode ser feito um PRAD, mas a IN que traz esse valor de compensação ecológica é oportunizado
164 ao empreendedor, que também tem essa opção, e agora eles estão aqui para fazer uma votação, e
165 esse é o primeiro ponto. Sobre o valor, ele é um valor que depende de muitas variáveis e ele apesar
166 de ser um cálculo simples, não é fácil, pois leva em consideração diversos fatores, como o Decreto de
167 áreas prioritárias, se está em APP, o estágio de regeneração da floresta, etc. Então, em média, pode
168 ficar em R\$ 150 mil o hectare, a depender da conformação da floresta e do que vai ser compensado.
169 E outra coisa, os 3.14 hectares que estão ali não é da compensação total do empreendimento, é para
170 as espécies ameaçadas de extinção que a IN do IDAF não leva em consideração para o cálculo de
171 compensação pecuniária. Então, seria proposto o plantio dessas espécies naqueles 3.14 hectares, e a
172 compensação, na verdade, é muito maior, diz que o Sr. Fabrício Zanzarini até fez uma proposta mais
173 interessante para fazer a compensação dessas espécies ameaçadas, e que ele acha que depois ele irá
174 apresentar. O Sr. Rodrigo Ribeiro/IBAMA diz que entende perfeitamente que se trata de dispositivo
175 legal e que eles, enquanto técnicos do órgão -IDAF-, estão seguindo o dispositivo legal e a
176 prerrogativa que a empresa tem de optar, mas o que ele citou e gostaria de deixar registrado é que
177 talvez seja o momento para serem revistos esses dispositivos legais. E que ele entende que elaborar
178 um PRAD, e implementar esse PRAD não é fácil, mas ele acha que se tem que buscar não só as
179 facilidades, mas vencer alguns obstáculos pensando na situação que se está vivendo hoje no mundo.
180 Então, ele quer só deixar isso registrado mesmo, e ele diz saber que o FUNDÁGUA é um fundo
181 extremamente sério, os recursos são aplicados na questão ambiental, e entende também a questão
182 que colocada que, sobre aquela compensação citada, que o reflorestamento está só relacionado às
183 espécies ameaçadas, que não é total, mas que, de fato, é algo que a assusta a ele se ter uma
184 supressão de 47 hectares e essa área não ser replantada, pelo menos, na razão de um pra um. Em
185 seguida, o Sr. André Luiz Capezuto/CRBIO diz que tem algumas observações em relação à questão
186 das espécies ameaçadas, ele diz que existem duas espécies criticamente ameaçadas, que é a Bapeba
187 e a Braúna Preta, e uma em perigo, que é o Jequitibá Branco, que inclusive o nome está errado, é
188 Carinena Estrelenses, e não Legales, e que isso precisa depois ser ratificado, e diz que na proposta
189 está de 1 para 2 o plantio, e então ele deseja, e não sabe se tem como, propor uma modificação
190 nessa taxa de plantio, se espécie vulnerável, ser 1 para 2; se espécie em perigo, ser 1 para 3, e em
191 espécie crítica e ameaçada, ser 1 para 4, porque é preciso lembrar que são indivíduos adultos que
192 estão sendo suprimidos e eles tem que considerar a questão do tempo, se está colocando uma muda
193 de 1 metro sobre uma árvore que tem 80 anos. Então, assim, o benefício advindo daquele plantio vai
194 ser muito *a posteriori*. Então, por isso, ele quer fazer essa proposta, se for possível, até para colocar
195 em votação, e se não, registrar que o CRBIO está colocando essa proposta aí como uma proposta
196 complementar do replantio dessas espécies ameaçadas. E ele diz também querer apoiar o IBAMA na
197 fala em relação à supressão, que, particularmente eles entendem que é melhor manter ou desviar ou

198 optar por uma solução que não tenha supressão do que uma compensação financeira nesse
199 momento, até considerando a questão da água e a realidade que se está vivendo hoje. A presidente
200 da reunião Sr.^a Cintia Laures esclarece ao Conselheiro do CRBIO que, em relação à solicitação de
201 alteração das taxas de replantio, eles não irão entrar em deliberação hoje, pois já houve um pedido
202 de vista, mas no momento que eles entrarem em deliberação, pode-se fazer uma recomendação, e o
203 plenário aceitando, se pode colocar essa recomendação na deliberação conforme ele citou, ou seja,
204 fica para a próxima reunião, porque quando se entrar em deliberação, ela irá fazer essa proposição e
205 juntar na votação. Em seguida, o Sr. Leonardo Ferrari/CREA diz que parcialmente sua pergunta já foi
206 respondida, e diz que existe uma Lei 5.361/2016, que fala do plantio da área a ser suprimida, que ele
207 entende que essa área é muito grande, e em relação a esse fator, pergunta ao IDAF como será o
208 procedimento. O representante da SEAG, Sr. Jésus Miranda, diz que o IDAF também entende que a
209 melhor alternativa e forma de compensação seja o plantio, o PRAD, Projeto de Recuperação de Áreas
210 Degradadas e que pode exigir isso do empreendedor, mas que está oportunizado também o
211 pagamento pecuniário. O Sr. Antonio Ricardo Louzada/ANAMMA diz que continua batendo na
212 questão da alternativa locacional, que ele acredita que ela pode ser discutida, e se ela não for
213 discutida, porque se leva isso para uma outra esfera, que cabe sim, que a empresa acredita que ela
214 está seguindo o melhor traçado dela, que é paralela à outra linha, que é normal dela, e não julga
215 ninguém, mas que é o interesse dela de colocar paralela à outra linha. Só que, talvez por
216 desconhecimento ele não consiga imaginar uma compensação financeira para uma reserva legal. A
217 reserva legal é particular, é de um imóvel, e então questiona como é que aquele imóvel vai ficar sem
218 reserva legal se a compensação for feita irá para o FUNDÁGUA. Então ele acredita que a alternativa
219 locacional poderia ser discutida sim, e que ele não sabe se isso foi discutido na reunião anterior, pois
220 veio um outro representante da ANAMMA, mas não sabe se isso foi discutido, e se não foi discutido
221 isso deveria ter sido discutido, porque impacta diretamente na quantidade de área para ser retirada.
222 Ele comenta que na quarta-feira passada se estava aqui no lançamento do Governo do Estado de
223 projeto de Cidades Resilientes e se está agora falando de tirar 40 e poucos hectares de reserva de
224 mata, coisa que demora muitos anos, muitas décadas para chegar ao tamanho que estava. Então a
225 ANAMMA vê com muita preocupação essa não possibilidade de realocação dessa linha, pois é muito
226 barato para a empresa pagar R\$ 150 mil por hectare de área suprimida do que realocar torres, que é
227 muito mais caro, e então ela vai optar por pagar, pois 3 ou 4 milhões é muito mais barato do que uma
228 torre realocada. O Coordenador Técnico, Sr. Elias Alberto Morgan, lhe esclarece que o processo de LP
229 foi submetido em dois momentos ao plenário do CONSEMA, uma vez que o empreendedor, após
230 emissão da LP, houve uma alteração no traçado da linha e a LP teve que ser retificada. Então ele veio
231 em dois momentos e houve a aprovação da licença, e acredita que ele não tenha participado. O
232 representante da ANAMMA então pergunta se a realocação da linha se deu por causa de supressão
233 de vegetação, e a Sr.^a Ana Beatriz dos Santos, Coordenadora de Meio Ambiente da ISA ENERGIA, lhe
234 responde que, em relação à alteração locacional, a empresa discutiu e apresentou isso algumas
235 vezes, inclusive nas audiências públicas, e esse processo foi submetido a três audiências públicas, e
236 dentro desses 70 quilômetros, essa linha de João Neiva - Viana, eles encontram nela algumas
237 dificuldades crescentes, pois se está falando de um terreno altamente montanhoso, ou seja, há muito
238 menos possibilidade de alteração locacional em relação à locação das torres, porque se precisa que
239 as torres estejam na parte mais alta do relevo, justamente para conseguir fazer a passagem de um
240 lado ao outro. Então, isso por si só já é um fator que dificulta bastante. E outro aspecto também
241 muito relevante nesse tema é a densidade populacional dessa região, de João Neiva - Viana, pois o

242 traçado passa por uma região que tem muitas casas, vários sítios, ou seja, uma região realmente que
243 tem muitas benfeitorias. Então, dentro da alternativa de traçado, que foi amplamente discutida pelo
244 IEMA e questionada, e realmente eles buscaram, e a retificação da LP se deu a uma alteração de
245 traçado, em que um dos itens principais era a redução de supressão de vegetação. Então com esse
246 ajuste, que inclusive foi trazido pelos próprios Conselheiros aqui do CONSEMA, esse tema foi
247 amplamente discutido e eles voltaram, revisitaram o projeto, e retificaram o que era possível, mas,
248 dentro de todas as limitações técnicas que eles têm, porque quando se está falando de torres desse
249 tamanho, dessa magnitude de transmissão de energia, realmente não se tem a mesma maleabilidade
250 que, por exemplo, com postes, que fazem essa distribuição de energia. Então, esse projeto tem sido
251 feito junto com o IEMA, junto com o IDAF, com muita discussão técnica, inclusive da sociedade civil,
252 desde a audiência pública, passando aqui pelas duas reuniões do Conselho e eles não estão
253 priorizando, e gostaria de deixar isso também registrado, proximidade com a linha existente, embora
254 eles tenham a certeza que a proximidade com a linha existente eles têm em boa parte do processo,
255 mas não em todo o traçado, justamente por conta dessa questão fundiária mesmo, são casas de
256 pessoas, são residências, são áreas de veraneio, então, eles tiveram que realmente fazer um esforço
257 grande para conseguir conciliar o traçado com todas essas dificuldades. Ela também traz um pouco
258 do contexto do empreendimento, que é de utilidade pública, que foi leiloado pela ANEEL no primeiro
259 leilão de 2022, aconteceu em junho de 2022, e esse leilão vem de um estudo de necessidade
260 sistêmica da Empresa de Pesquisa Energética, que é a EPE, vinculada ao Ministério de Minas e
261 Energia. Com esse leilão, eles receberam o corredor de estudo, que é o corredor sugerido ali, previsto
262 para a instalação dessa linha. E dentro desse corredor se busca, com o estudo de alternativas
263 locais, o menor traçado, aliás, o traçado com menor impacto socioambiental e tecnicamente
264 viável. Então, se chegou nesse traçado da primeira versão da LP e a partir dele se continuou
265 buscando essas otimizações, e eles conseguiram reduzir 7 hectares de supressão. E ela entende a
266 preocupação, que é muito pertinente a eles também, em relação à supressão de vegetação, mas ela
267 gostaria de deixar registrado o que é possível tecnicamente fazer, desde estudo de alternativa
268 locacional, ajustes, a ré e avante, otimização de acesso, priorizando sempre o uso de acessos
269 existentes, inclusive dessa linha que, conforme o IDAF mostrou, já é existente na região, eles já estão
270 fazendo. Então ela gostaria de passar essa certeza para os Conselheiros, no sentido de que, em
271 termos de alternativa locacional, o que se podia fazer dentro desse projeto, realmente foi feito, e ele
272 foi amplamente discutido tanto pelo IDAF quanto pelo Conselho. Em relação à questão das reservas
273 legais, ela diz que eles negociam propriedade a propriedade, uma a uma, e então também para
274 reservas legais se buscou o ajuste das torres, de locação das torres a ré e avante, inclusive ajuste de
275 traçado para reduzir, e diz que eles estão reduzindo muito a supressão e a interferência e
276 sobreposição de reservas legais em relação ao inicialmente previsto, e diz que eles passaram ao longo
277 desses dois anos fazendo esse trabalho técnico de engenharia. E as áreas que realmente não
278 conseguiram retirar de áreas de reserva legal a faixa de servidão ou mesmo a locação de torres,
279 principalmente por essa questão de haver uma casa próxima, uma bem-feitoria próxima, e da
280 dificuldade de locação na área montanhosa que eles têm, e de se negociar caso a caso com o
281 proprietário. Então, todas as propriedades que existe essa situação, eles estão conversando com o
282 proprietário, e quando é possível ajustar para dentro da propriedade, eles fazem sempre em comum
283 acordo com o proprietário, com a indenização, e quando não é possível, eles estão conversando com
284 o IEMA para buscar a melhor alternativa, mas essa questão da compensação pela reserva legal não
285 está incluída nesse valor de compensação que foi apresentado aqui pelo IDAF, pois isso é feito por

286 eles, caso a caso, com os proprietários que são interceptados. Em seguida, o Sr. Fabrício
287 Zanzarini/SEAG diz que, além de conselheiro SEAG e poder falar como servidor do Estado, ele
288 acompanha essa linha e outras, e essas questões de supressão, já há dez anos no Conselho. Para
289 começar, o procedimento de licença ambiental, que viu a localização, a definição do local da área, já
290 passou por aqui duas vezes. O Conselheiro FAMOPES pediu vistas ao processo, e ele acha que seria
291 bom a empresa reforçar que foi passado por três audiências públicas nos municípios para ouvir os
292 munícipes, e foi passado pelo critério mais rigoroso de licenciamento ambiental, com EIA/RIMA,
293 consulta pública, audiência pública, alternativa locacional. Então isso já foi muito discutido. E ele tem
294 certeza e confia no trabalho dos técnicos do IEMA, e que essa é a melhor alternativa que possa ter
295 acontecido, como já foi feita a autorização aqui de supressão de linhas do IBAMA e se acredita que o
296 licenciamento foi bem feito e aquela alternativa é a melhor a ser feita, aquele local. O que a colega
297 falou aqui, quanto à reserva legal, apesar de as linhas de transmissão serem consideradas no Código
298 Florestal isentas de reserva legal, então na teoria, no papel, aquela área que foi definida como a faixa
299 de servidão e que é da empresa agora, não é mais do proprietário rural, ela não precisa ter reserva
300 legal. Então, na teoria, aquela reserva legal que ela passou em cima, que era de uma propriedade
301 rural, é da empresa agora e ela não precisaria mais ser reserva legal, ela pode ser suprimida. Porém,
302 o IDAF acha que isso não é legal e então, se faz a realocação. Então, além da supressão, a empresa
303 está negociando com os produtores rurais, isso já foi feito aqui com outra linha, talvez faltou um
304 pouquinho falar isso no laudo, e exemplifica a forma como isso pode ser feito, mas reforça que isso é
305 um procedimento que vai junto com o laudo, que foi feito em outros casos e que ele acredita que
306 está sendo feito nesse caso também. Sobre a supressão questionada por vários Conselheiros, ele diz
307 que a Lei da Mata Atlântica fala que a compensação do estágio médio avançado é, no mínimo, o
308 dobro, e a lei estadual fala que é o dobro, exatamente. Então, o IDAF opta no seu laudo para
309 estabelecer o dobro, e a Lei 5361 fala “com o plantio de, no mínimo, o dobro ou outras formas de
310 compensação”, essas outras formas foram regulamentadas no IDAF para poderem ser o pagamento
311 para o fundo, o FUNDÁGUA, conta “cobertura florestal” que alimenta o Reflorestar, por exemplo, e
312 faz plantio de árvores, porque o Estado, assim como a União, tem muita dificuldade em monitorar.
313 Ele diz que infelizmente todos eles sabem o quanto é difícil monitorar a recuperação, o quanto é
314 difícil para uma empresa que não é de reflorestamento, que é de energia, reflorestar 100 hectares e
315 cuidar daquilo para o resto da vida. Então existem fundos e programas como o Reflorestar,
316 específicos que fazem reflorestamento. Ele também acredita que se pudesse plantar, quando é
317 propriedade rural, que é ali dentro mesmo, a primeira opção do IDAF seria aquela, mas se isso é coisa
318 que pode ser deliberada e recomendada aqui, ele não sabe que poder esse Conselho tem de fazer
319 isso. Em relação às espécies ameaçadas de extinção, a legislação não deixa fazer o pagamento, tem
320 que se fazer o plantio, porém ele concorda com o Conselheiro do CRBIO, e havia já falado com os
321 colegas do IEMA, que o dobro da área de plantio é pouco, e diz que eles já votaram no Conselho
322 cinco vezes a área. E a mesma coisa, duas vezes em um local só, se vai tirar em 70 hectares e irá
323 colocar num local só. Então, ele recomendaria três ou quatro, e além dos três hectares, que se faça
324 um enriquecimento ao longo dos fragmentos florestais de todo o traçado, os fragmentos que estão
325 aqui do lado. O Sr. Rodrigo Ribeiro /IBAMA pede para deixar registrado que em momento algum ele
326 está colocando em dúvida a capacidade dos técnicos, nem do IEMA e nem do IDAF, muito pelo
327 contrário, ele tem plena convicção e certeza da capacidade, da competência, da boa-fé dos técnicos
328 do IEMA e do IDAF, e pergunta se tem e qual é a competência que esse Conselho tem para poder
329 definir que haverá compensação florestal pelos 47 hectares suprimidos e não a compensação

330 ecológica. A presidente da reunião Sr.^a Cintia Laures esclarece ao Conselheiro que, conforme explicou
331 para o CRBIO, eles podem recomendar, junto da deliberação que será feita em outro momento, eles
332 podem elaborar uma proposta de redação, da forma melhor que cada instituição quiser, para ser
333 encaminhada para a autarquia, que é o IDAF, como recomendação. E lá, tecnicamente, eles irão, com
334 a autonomia que a autarquia tem, acolher na totalidade, ou em parte, enfim, inclusive seus
335 representantes estão aqui na reunião, e a SEAG também tem representação dentro desse Conselho.
336 Então, tudo pode ser recomendado, como a questão do cálculo, a questão do recheio da borda, tudo
337 isso pode ser recomendado e estará na deliberação, e após votação, assim será publicado. Então eles
338 terão oportunidade de um amadurecimento da proposta, pois haverá um outro momento para
339 deliberar. Em seguida, o Sr. Leonardo Ferrari/CREA parabeniza a colocação do representante da
340 SEAG, diz que ainda há uma licença para ser emitida, que é a LO, e sugere que nessa licença isso pode
341 vir como condicionante, se o IDAF permitir, como, por exemplo, mais áreas de reflorestamento, e
342 pergunta se o IEMA pode responder sobre essa possibilidade. O Coordenador Técnico Sr. Elias
343 Alberto Morgan lhe responde que a competência da LO é do IEMA, cuja análise já foi elaborada e já
344 foram emitidas duas licenças, LP com uma série de condicionantes e LI com outras tantas
345 condicionantes, e essa competência referente à vegetação é do IDAF. Então, a exigência que o IDAF
346 faz com relação à compensação em dobro ou compensação pecuniária não irá caber condicionante
347 referente a isto, na LO, pelo IEMA. A Presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures
348 agradece a participação das equipes técnicas, tanto do IDAF quanto da empresa, pede ao Conselheiro
349 representante da FAMOPES para pegar a vista do processo e lhe esclarece que, conforme o
350 Regimento, ele tem 10 dias para apresentar parecer, para que a Secretaria Executiva, após essa data,
351 possa programar a agenda para retornar ao plenário. O Sr. Jean Carlo Cassiano/FAMOPES pergunta
352 em quanto tempo aconteceria uma reunião normal. A Sr.^a Cintia Laures diz que, normalmente, se faz
353 a reunião a cada dois ou três meses, pois o regimento dá essa abertura à Secretaria Executiva de
354 fazer as reuniões a cada três meses, e então não existe um calendário de reuniões como no Conselho
355 Estadual de Recursos Hídricos, que tem previsão regimental para estabelecer um calendário de
356 reuniões, pelo menos, ordinárias. Ela reafirma que no CONSEMA não se tem essa particularidade e
357 que fica a cargo da Secretaria Executiva e que há essa prerrogativa dentro do regimento porque, no
358 caso do CONSEMA, existem os Conselhos Regionais - CONREMAS, que são cinco, e é preciso estar lá e
359 cá para fazer todas as reuniões. O Sr. Jean Carlo Cassiano/FAMOPES esclarece que a FAMOPES
360 resolveu fazer vista do processo, inclusive por várias dúvidas que companheiros tiveram em plenária
361 e, até com todo respeito, com alguns descontentamentos e algumas divergências no sentido de
362 hectares, no sentido de mitigação, medidas mitigadoras que não existiram. Então, ele convida o
363 IBAMA e os demais companheiros que também compactuaram do mesmo entendimento que o levou
364 a pedir vista do processo para que estivessem fazendo o coro, e estivessem com a FAMOPES também
365 na análise desse processo, e a Sr.^a Cintia Laures passa para o próximo ponto de pauta.

366 **PONTO IV - APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E DE DESEMPENHO REFERENTE**
367 **AO EXERCÍCIO DE 2023 E SÍNTESE DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E APOIOS APROVADOS NO**
368 **EXERCÍCIO DE 2024 DO FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA. PROCESSO E-DOCS**
369 **2025-NQ1MT REQUERENTE: FUNDEMA/SEAMA;**

370 A Presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia Cândido Matias Laures abre o tema e passa
371 para a Sr.^a Aline Garcia, Secretária Executiva do FUNDEMA e do FUNDÁGUA, que se apresenta e faz
372 sua apresentação (em anexo), contextualizando a todos sobre o FUNDEMA, que tem o CONSEMA
373 como órgão consultivo, diz que todos receberam o relatório anual, que traz toda a sua

374 contextualização, do que compõe, o que é o Conselho-Gestor, quais as competências do Conselho,
375 tanto do CONSEMA quanto do Conselho-Gestor, traz as reuniões, as deliberações, resoluções, os
376 projetos, os pagamentos e está muito bem detalhado e que sua apresentação é realmente uma
377 síntese do que ela acha mais relevante constante no relatório para trazer aos Conselheiros. Em
378 seguida, é passada a palavra para a plenária e o Sr. Almir Bressan Junior/FECOMÉRCIO opina que o
379 que se percebe é que são poucos projetos, os recursos são razoáveis, pois nem a metade foi gasto, e
380 que eles não conhecem os projetos, diz que seria bom ter uma síntese de cada projeto e lhe parece
381 que haveria necessidade de apresentar novos projetos, na área justamente do FUNDÁGUA, para
382 preservação de recursos hídricos e diz que essa questão do fortalecimento da estrutura do fundo
383 para receber esses projetos, inclusive dos próprios órgãos estaduais, e pergunta se esses projetos
384 também podem ser da iniciativa privada, uma vez que podem ser também projetos de organizações
385 não-governamentais, como ele viu. A Sr.^a Aline Garcia responde que os recursos realmente do
386 FUNDEMA não são muito volumosos, como colocado, porém, mesmo sendo poucos, ainda não há
387 projetos suficientes capazes de captar todos esses recursos, e não é por burocracia. O fundo é aberto
388 a receber projetos tanto dos órgãos governamentais, quanto de outras iniciativas. No caso de
389 iniciativas privadas, tem sido feito via edital. Mas, no FUNDEMA, eles optam por não lançar edital
390 porque o recurso realmente é pequeno, mas experiências, por exemplo, no âmbito do FUNDÁGUA, a
391 própria SEAMA, por exemplo, capta recursos, e no ano passado foram mais de 12 milhões captados
392 para lançamento de edital. Este sim, para apoiar iniciativas privadas, isso no âmbito de negócios de
393 investimento socioambiental. Então, editais são lançados com vistas a apoiar pequenas iniciativas,
394 empreendimentos e negócios sustentáveis. No âmbito do FUNDEMA isso não acontece, mas, sim, o
395 FUNDEMA pode apoiar tanto projetos da iniciativa pública quanto de organização de sociedade civil.
396 A diferença é que quando se apresenta um projeto da organização de sociedade civil, existe a
397 legislação que é a 13.019, que coloca algumas regras para se fazer parceria com organizações, como
398 com as OSCs, por exemplo, que é o chamamento público. Então, salvo em situações em que se
399 consegue caracterizar aquela instituição como única ou exclusiva, ou pelo menos com direitos
400 autorais sobre aquele projeto, pela lei, se teria que abrir um chamamento público, mas isso também
401 não é o que limita a apresentação do projeto, porque isso também só acontece numa fase posterior à
402 aprovação do projeto dentro do fundo. Então, o que faltam, na verdade, não são boas ideias, mas
403 faltam boas ideias transformadas em projetos. As pessoas têm muitas ideias, boas ideias, mas não
404 conseguem colocar isso num papel, de uma forma, seguindo as normas, porque existem normas, não
405 basta encaminhar um ofício pedindo um carro, precisa-se elaborar um projeto com um
406 planejamento, com os indicadores, as metas definidas, porque aquilo precisa ser monitorado. E daí a
407 importância que os recursos das multas vão para o fundo, porque precisa se ter certeza dos
408 resultados que serão entregues com esses recursos, porque se está falando de recursos de multa
409 ambiental, que precisam ter um uso devido e adequado com um retorno para a sociedade de alguma
410 maneira, e reitera que faltam bons projetos. O representante da FECOMÉRCIO pergunta por quem
411 foram eleitos os projetos do FUNDEMA, e a Sr.^a Aline Garcia responde que os projetos são
412 elaborados pelos proponentes e analisados no âmbito do fundo, tanto da Secretaria Executiva, que
413 analisa mais a parte técnica administrativa, quanto a possibilidade e viabilidade do apoio financeiro
414 via fundo, quanto, tecnicamente, quando entende, por exemplo, se isso é um projeto que vai falar de
415 recuperação florestal, esse projeto tem que passar pelo setor responsável que trata desse assunto.
416 Quando se trata de projetos do governo, ela diz que já entende que houve uma análise técnica na
417 elaboração daquele projeto, e que aquele projeto é importante, senão o próprio Governo não estaria
418 solicitando aquele recurso, mas, quando se fala sobre a necessidade de um escopo mínimo, esses
419 escopos estão dentro do relatório, que trazem os números de referência de apresentação desses
420 documentos, os números E-DOCS, os quais são acessíveis, se por acaso alguém não conseguir
421 acessar, é só pedir liberação, que é liberado o acesso, então eles estão disponíveis. E os membros do
422 Conselho, eles também fazem parte desse processo, uma vez que os membros recebem esses
423 projetos, na íntegra - o projeto submetido e a análise realizada, e não só a síntese, eles então podem
424 compartilhar isso com seus pares, mas a síntese do que é o projeto, até porque senão se traria um

425 relatório gigante, tem a referência e é possível acessá-los no seu escopo por completo, as metas, as
426 entregas, os objetivos e tudo isso. Após ela esclarece acerca do projeto Manguezais Olhares, e diz
427 que o objetivo dele é fomentar um concurso fotográfico para a sociedade, tanto para profissionais
428 quanto para pessoas que não sejam profissionais da área, para incentivar o acesso e entender qual é
429 a complexidade de um sistema manguezal e promover uma compreensão melhor da importância do
430 manguezal para aquelas áreas. O projeto do NOTAer ficou claro, era dar o suporte para os
431 monitoramentos aéreos, que ele já faz, tanto no combate aos incêndios e a tudo isso, mas eles
432 tinham a carência desse equipamento. Então, não se pode comprar o equipamento e dar, então, eles
433 propuseram o monitoramento dos dois rios Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce e isso terá
434 entrega determinada, ou seja, em todos os projetos que passam aqui, ainda que eles tenham bens
435 adquiridos, no final tem-se um produto, não é uma compra por uma compra, porque senão se está
436 falando de uma estruturação que cabe aos próprios órgãos, mas se ele entende que aquele
437 equipamento é fundamental para o funcionamento daquela instituição, cabe ao órgão viabilizar
438 aquele equipamento. A presidente da reunião solicita à Sr.^a Aline Garcia que explique aos
439 Conselheiros quem faz parte do Conselho, e a Secretária Executiva dos fundos esclarece que,
440 atualmente, o Conselho do FUNDEMA é tripartite, e é formado por três representações, sendo dois
441 representantes de governo, dois da sociedade civil e dois da federação, todos eleitos no âmbito do
442 CONSEMA, mediante a manifestação de interesse no início de cada mandato, e após eleitos, são
443 indicados os membros que irão representar o Conselho naquele fórum. O Sr. Almir Bressan Junior,
444 representante da FECOMÉRCIO, pergunta se sua instituição poderia, por exemplo, em uma área que
445 teve enchente e que teve comprometimento de comércio, se o FUNDEMA poderia aportar algum
446 recurso, por exemplo, para a drenagem. A Sr.^a Aline Garcia esclarece que, quando fala de projetos
447 provenientes de uma federação ou provenientes de um setor público, ou particular, todos eles
448 podem propor projetos, mas a diferença é que quando se fala, por exemplo, a FECOMÉRCIO tem
449 interesse em um projeto, e se pode receber aquele dinheiro, não, mas se pode, por exemplo, fazer
450 um edital para executar aquele projeto. Então, isso pode acontecer, mas de início chega o projeto e
451 os casos de repasse direto, ou são para o poder público via descentralização, ou são por meio de um
452 outro instrumento com as organizações de sociedade civil. Em outros casos, o que pode acontecer é
453 se chegar uma demanda no Estado, no governo do Estado, e se entende que aquilo é importante, o
454 próprio Estado pode elaborar um projeto e viabilizar isso, seja por meio de uma execução via o
455 próprio órgão, seja por meio de uma contratação de uma empresa para poder fazer, como é o caso
456 do Portal Reflorestar e do IEMA digital, por exemplo, que não está sendo executado pelo órgão, mas
457 está sendo realizado via uma contratação. Então, é possível, mas a diferença é que o que acontece é
458 que muitas empresas, ou instituições, ou ONG's principalmente, às vezes querem um projeto, eles
459 não querem o resultado do projeto, ou melhor, eles querem o resultado do projeto, mas querem que
460 eles executem o projeto. Então, esse cuidado eles têm e, por exemplo, não adianta encaminhar um
461 projeto para recuperar uma área, uma ONG, quando dentro do Estado se trabalha com recuperação
462 de áreas. Então, assim, se terá duas frentes fazendo a mesma coisa, então, é esse cuidado que
463 precisa haver. Então, é por isso que quando chega um projeto de fora, eles encaminham para aqueles
464 setores responsáveis, por exemplo, se é um projeto voltado para a unidade de conservação, eles irão
465 ouvir o IEMA, porque pode ser que já existem projetos naquela linha e esse pode ser um
466 fortalecimento, ou pode ser que, na verdade, seja de fato importante e então eles irão executar de
467 alguma forma. Geralmente, quando é estudo é via FAPES, opção que geralmente eles preferem, pela
468 facilidade de gestão, bolsas e execução de estudos, mas, quando é outro caso, quando são
469 principalmente contratações, vai via processo de licitação mesmo. Encerrados os esclarecimentos e
470 as perguntas, a presidente da reunião agradece a participação da Sr.^a Aline Garcia e passa para o
471 quinto ponto de pauta.

472 **PONTO V - ASSUNTOS GERAIS;**

473 A presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures abre o tema e passa a palavra para o
474 Sr. Antonio Ricardo Louzada /ANAMMA que se apresenta como Secretário de Meio Ambiente de

475 Conceição da Barra, e diz que estão passando pela revisão do plano de manejo do Parque Estadual de
476 Itaúnas, por meio de uma empresa e juntamente com o pessoal do IEMA, todos muito competentes,
477 mas que estão com uma preocupação, que é a de, atualmente, a zona de amortecimento do Parque
478 Estadual de Itaúnas estar localizada em cima de toda a área urbana do município de Conceição da
479 Barra e então o município não consegue fazer expansão urbana, porque o parcelamento do solo ou
480 qualquer coisa em cima de área de zona de amortecimento de Parque é um problema. A Prefeitura
481 tentou fazer isso ano passado, o IEMA entrou na justiça contra o município, derrubando a lei do
482 município de parcelamento do solo e eles estão preocupados que a revisão do Zoneamento do
483 Parque esteja sendo feito a toque de caixa, pois o IEMA foi condenado na justiça em alguma instância
484 para entregar o Plano até meados de 30 de abril ou dia 1º de maio. Ele diz que participou de reunião,
485 foram quatro reuniões seguidas, quarta e quinta da semana passada, segunda e terça, agora dessa
486 semana, de 8h às 17h, e que tem sido uma reunião cansativa para que representantes das
487 comunidades participem. Então não houve representantes de todas as comunidades, ou seja, a
488 representatividade da comunidade foi muito pouca, e então foi uma reunião com os funcionários do
489 IEMA, e alguns funcionários de outros órgãos. Então ele quer deixar aqui essa fala para o Secretário
490 Rigoni, mas que está deixando registrada aqui no CONSEMA essa preocupação do município da
491 revisão do Plano estar sendo feita a toque de caixa. Ele manifesta que está perfeito para fazer o
492 zoneamento dentro do Parque, mas que para a zona de amortecimento está tá carente, e ele
493 entende que o IEMA tem que atender o prazo, mas que o município precisa ser ouvido mais para
494 corrigir essa zona de amortecimento.

495 **PONTO VI - ENCERRAMENTO.**

496 A Secretária Executiva Sr.ª Cintia Laures, em nome do Sr. Secretário Felipe Rigoni, agradece a
497 presença de todos, deseja um excelente Carnaval, e declara finalizada a reunião.

498 Vitória (ES), 26 de fevereiro de 2025.

499
500
501
502

FELIPE RIGONI LOPES
Presidente CONSEMA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

FELIPE RIGONI LOPES

PRESIDENTE (CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CONSEMA - SEAMA)

SEAMA - SEAMA - GOVES

assinado em 07/04/2025 16:58:50 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 07/04/2025 16:58:50 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por CINTIA CANDIDO MATIAS LAURES (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL IV QCE-03 - SECEX-CONSELHOS - SEAMA - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-RGR643>